AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO, INCERTEZA CARTOGRÁFICA E RESISTÊNCIA NO ACAMPAMENTO REDUTO DO CARAGUATÁ EM PAULA FREITAS-PR

Alessandra Dickel Molina[1]

Ana Caroline dos Santos Ferreira[2]

Camila Campos de Lara Jakimiu[3]

Gustavo Steinmetz Soares[4]

RESUMO

O objetivo geral do artigo é evidenciar a configuração territorial dos conflitos e a resistência grafada no Acampamento Reduto do Caraguatá em Paula Freitas-PR, em um contexto de avanço do capital no campo que gera uma incerteza cartográfica e intensifica os conflitos pela terra e pelo território. A metodologia é de cunho teórico-bibliográfico no âmbito da Geografia Agrária e do Direito Socioambiental, com a realização de pesquisa de campo no território estudado. Pode-se concluir que o município de Paula Freitas conforma uma estrutura fundiária produtora de conflitos que gera incerteza cartográfica e o acampamento consolida-se como ferramenta de resistência por meio do manejo sustentável de base agroecológica da terra.

Palavras-chave: Capital; Incerteza Cartográfica; Resistência; Acampamento.

ABSTRACT

The general objective of the article is to highlight the territorial configuration of conflicts and the resistance depicted in the Reduto do Caraguatá Camp in Paula Freitas-PR, in a context of capital advance in the countryside that generates cartographic uncertainty and intensifies conflicts over land and territory . The methodology is theoretical-bibliographic in the context of Agrarian Geography and Social and Environmental Law, with field research being carried out in the studied territory. It can be concluded that the municipality of Paula Freitas forms a land structure that produces conflicts that produces cartographic uncertainty and the encampment consolidates itself as a

[1] Graduada em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura pela Universidade Federal do Paraná. Mestranda em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). membro dos grupos de pesquisa CEPPUR e PLANTEAR. Email: alessandra.dickel@ufpr.br

[2] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Mestranda em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), membro dos grupos de pesquisa CEPPUR e PLANTEAR. E-mail: anacaroline1@ufpr.br

[3] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), membro dos coletivos ENCONTTRA e PLANTEAR. E-mail: camila.jakimiu@yahoo.com

[4] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), membro dos coletivos ENCONTTRA e PLANTEAR. E-mail: guguisbrow@gmail.com

resistance tool through the sustainable management of the land's agroecological base.

Keywords: Capital; Cartographic Uncertainty; Resistance; Camp.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da atuação do projeto de extensão denominado Planejamento Territorial e Assessoria Jurídica Popular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) cujo objetivo é fornecer apoio técnico e jurídico no âmbito dos conflitos pela terra e território no Paraná. A atuação no processo sobre o Acampamento Reduto do Caraguatá no município de Paula Freitas-PR surge da demanda formalizada pelo Ministério Público do Paraná sobre a situação do conflito em um acampamento do Movimento Sem Terra (MST).

O Acampamento Reduto do Caraguatá surge da ocupação de 60 famílias em terras devolutas do Estado que foram despejadas de uma outra ocupação no município da Lapa. Iniciada em 2004, as terras ocupadas e indicadas segundo o relato das famílias pelo INCRA se localizam na região chamada Faxinal do Ronda, a área ocupada espalha-se por mais de um imóvel (antigas Fazendas Palmital I, II, III, IV, V e VI) sem continuidade. Atualmente com aproximadamente 20 famílias ocupando as áreas, existe uma incerteza quanto a localização precisa da ocupação dos imóveis em questão, sendo esse o principal motivador da solicitação do estudo.

Por estar localizado em Paula Freitas-PR, município onde a concentração de terras é uma realidade, o acampamento está em um contexto de expansão do capital no campo que, na rápida apropriação de terras, muitas vezes de forma ilegal, produz e intensifica uma incerteza cartográfica de limites e localização, gerada também por um distanciamento da prática jurídica do saber e fazer cartográfico/geográfico.

A expansão do capital no campo decorre da formação territorial do município onde está localizado o Acampamento, o qual apresenta concentração fundiária elevada e processos de expropriação da natureza materializados no extrativismo mineral com a extração ilegal da madeira e no avanço do agronegócio com o aumento da produção de soja, atividades que impulsionaram o desmatamento nos últimos anos, principalmente na década de 1990. Em contrapartida, o manejo que a

comunidade faz nos 15 anos de existência do acampamento é responsável pela manutenção de grande parte das florestas presentes na região. Através do manejo agroflorestal da erva-mate e do pinhão a comunidade mantém uma produtividade em sintonia com a preservação da floresta.

O objetivo geral do artigo é evidenciar a configuração territorial dos conflitos e a resistência grafada no Acampamento Reduto do Caraguatá em Paula Freitas-PR, em um contexto de avanço do capital no campo que gera uma incerteza cartográfica e intensifica os conflitos pela terra e pelo território.

Neste sentido, os objetivos específicos são: a) evidenciar o avanço do capital no campo em Paula Freitas-PR, a partir dos processos históricos que conformaram o município; b) mostrar como a incerteza cartográfica, produzida pelo distanciamento da saber cartográfico e geográfico, influencia nos conflitos por terra; c) evidenciar a resistência grafada no Acampamento Reduto do Caraguatá frente à expansão do capital no campo e a incerteza cartográfica.

A metodologia do trabalho é de cunho teórico-bibliográfico no âmbito da Geografia Agrária e do Direito Socioambiental, com a realização de pesquisa de campo no território estudado para o levantamento de dados socioterritoriais e cartográficos.

O município de Paula Freitas conforma uma estrutura fundiária produtora de conflitos devido a apropriação de terras muitas vezes feita de forma ilegal e pela falta de regulamentação que favorece a capacidade burocrática de provar uma suposta propriedade. Portanto, prejudica as comunidades que ocupam a terra historicamente, mas que não têm acesso à legislação, provocando a expropriação camponesa. O avanço do capital no campo gera a produção de latifúndios improdutivos e o Estado não realiza a política de Reforma Agrária, mantendo grandes extensões de terra sem cumprir sua função social e uma regulamentação de propriedade incerta.

A incerteza cartográfica, marcada por um distanciamento e ausência do saber e fazer cartográfico e geográfico em âmbitos judiciais de conflitos por terra, é intensificada pelos aspectos apontados anteriormente. Assim sua aproximação nesse contexto é essencial para desvendar as lacunas que beneficiam o avanço do capital,

oferecendo um entendimento espacial que favoreça a manutenção e uma justiça socioambiental.

O Acampamento Reduto do Caraguatá configura-se em uma ferramenta de resistência contribuindo para o fortalecimento da justiça socioambiental pois reivindica o cumprimento de um direito constitucional básico, o direito à vida e o acesso à terra, de modo que se cumpra sua função social e, além disso, promove a manutenção da qualidade ambiental através do manejo sustentável de base agroecológica da terra.

2 O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO EM PAULA FREITAS-PR

O município de Paula Freitas apresenta uma área territorial de 421.409 quilômetros quadrados com a população estimada em 5.908 habitantes, com 3.590 pessoas vivendo na área urbana e 2.321 na área rural. Está localizado na região sul do Estado do Paraná, microrregião do Iguaçu, jurisdicionado à Comarca de União da Vitória. Seus municípios limítrofes no estado do Paraná são União da Vitória e Paulo Frontin e no estado de Santa Catarina Porto União, Irineópolis e Canoinhas (IBGE, 2020; PLANO DIRETOR, 2017).

Os processos históricos conformaram a atual estrutura agrária concentrada em Paula Freitas, desde o período da colonização que foi responsável por povoar este território no início do século XX. A colonização eslava oriunda de Mallet, Paulo Frontin e Vera Guarani e os trilhos da *Brazilian Southern Railway* foram responsáveis pela construção das estações de Paula Freitas, inaugurada em 1905. A construção dos trilhos pela empresa *Brazil Railway Company* estava atrelada à maior guerra civil camponesa do Brasil, a Guerra do Contestado, que ocorreu na região entre 1912 a 1916 e envolvia um contexto de movimento messiânico, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração da natureza e uma questão de limites interestaduais entre Paraná e Santa Catarina. A guerra é um episódio complexo composto por elementos que se entrelaçam, de ordem social, política, econômica, ambiental, cultural e religiosa. A desapropriação sertaneja para a instalação dessa empresa e para a construção de uma estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul motivou o conflito armado (FRAGA, 2009; 2010).

Muitos destes conflitos ocorreram no município de Paula Freitas-PR e nas proximidades do Rio Iguaçu foram instalados Engenhos para exploração de madeira feita por esta empresa, no sentido de facilitar o transporte por meio de embarcações fluviais, pequenos vapores movidos a locomóveis e, posteriormente, a estação ferroviária. Na Vila de Paula Freitas, passaram a funcionar os acessos e meios de comunicação mais acessíveis em relação às outras comunidades (PREFEITURA, 2021).

O município está em uma região onde historicamente dominaram coronéis e grandes proprietários de terras, cuja exploração da erva-mate e a criação de gado serviram de impulso econômico e contribuíram para a manutenção dos latifúndios e para a estrutura fundiária concentrada. Esta desigualdade fundiária está estruturada da seguinte maneira: enquanto 56% dos estabelecimentos (até 20 ha) ocupam 7,8% da área, 2,6% dos estabelecimentos (acima de 500 ha) ocupam 42% da área.

Na última década a concentração fundiária aumentou conforme os dados do Censo do IBGE, os grupos de estabelecimentos de até 100 ha ocupam menor área no município, o grupo entre 100 e 200 ha aumenta ligeiramente. Enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos entre 200 e 1000 ha diminui, o que seria bom se não fosse o aumento expressivo da área ocupada pelos estabelecimentos entre 1000 e 2500 ha, que não existiam antes, evidenciando o aumento da concentração fundiária.

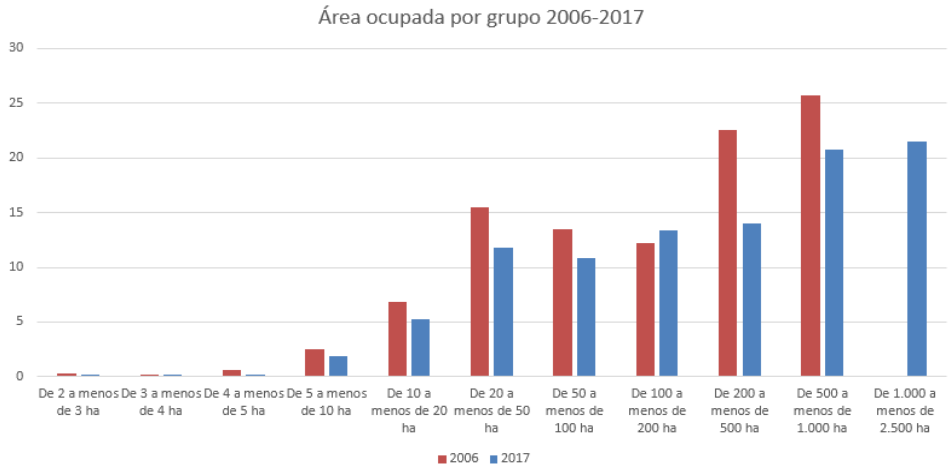

Gráfico 1 - Dados de área ocupada por grupo em 2006 e 2017.
Fonte: Organizado pelos autores do estudo a partir dos dados do IBGE, 2020.

Uma vez que a concentração de terra apresenta relação com a distribuição de renda no município, é possível verificar pelos dados do IPARDES (2010), que mais de um terço da população de Paula Freitas é vulnerável à pobreza, sendo que 12% da população é extremamente pobre, o que significa dizer que recebe 0,15 de salário mínimo de renda domiciliar por mês (correspondente a R$ 70,00 no ano de 2010) e 40% da população tem renda domiciliar por mês de até meio salário mínimo (o que significava em 2010, renda de R$ 255,00).

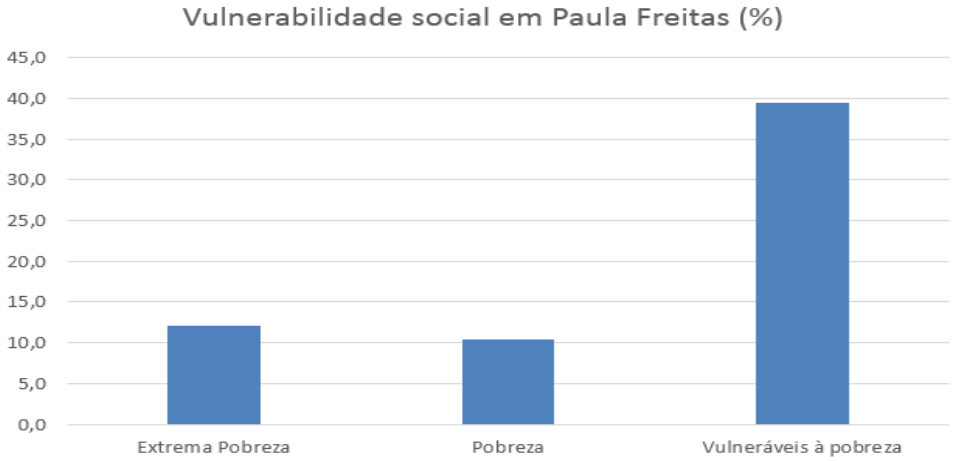

Gráfico 2 - Vulnerabilidade em Paula Freitas (%)
Fonte: Organizado pelos autores do estudo a partir dos dados IPARDES, 2010.

O município também apresenta tendência à monocultura e perda de soberania alimentar, o que fica evidenciado com o uso intensivo de agrotóxicos pelos produtores, pois 415 estabelecimentos já fizeram uso enquanto apenas 70 nunca o utilizaram (IBGE, 2020).

O aumento da produção de soja nos últimos 20 anos, coloca em perigo a produção de outros cultivos no município, aumentando a dependência do campo em um só produto, reduzindo ou eliminando políticas de diversificação produtiva, com ênfase na produção de alimentos. A produção da erva-mate também se destaca na produção agrícola, embora não seja expressiva quanto à soja, aponta um valor econômico importante para o município que, como veremos nesse texto com a prática da comunidade em questão, pode ser produzida em acordo com a preservação da vegetação, ao contrário da monocultura convencional da soja.

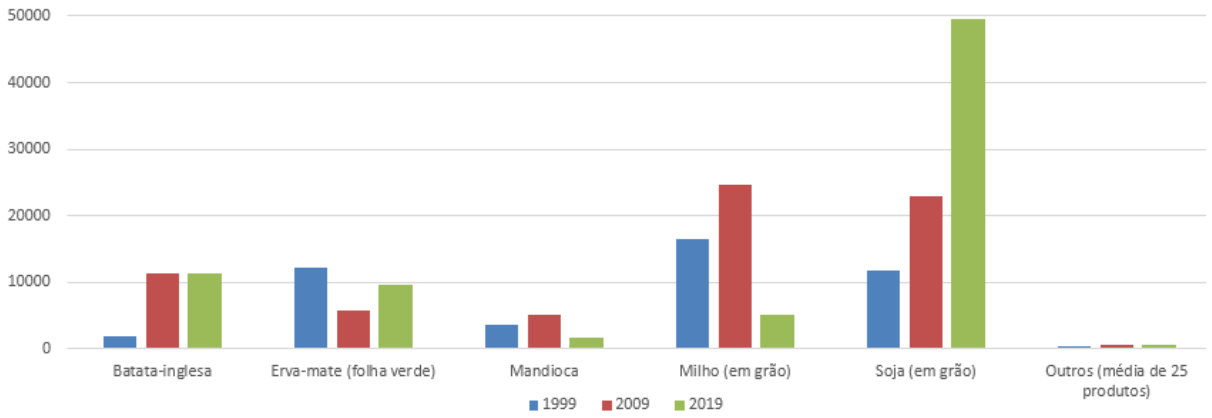

Gráfico 3 - Produção agrícola (toneladas) 1999, 2009 e 2019
Fonte: Organizado pelos autores e autoras do estudo a partir dos dados IBGE, 2020

Portanto, o avanço do capital no campo no município de Paula Freitas é evidenciado com a prática da monocultura, com a perda da soberania alimentar e com o uso indiscriminado de agrotóxicos pela maioria dos estabelecimentos rurais do município, o que exalta uma racionalidade destrutiva que prioriza o deserto verde à biodiversidade, a produção de mercadorias à produção de alimentos e o uso do pacote tecnológico e de veneno à técnicas de manejo sustentáveis, como a agroecologia.

2.1 A CONDIÇÃO DE INSEGURANÇA CARTOGRÁFICA

De acordo com a análise dos processos judiciais, dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), análise de imagens de satélite e trabalho de campo, se confirmou que a comunidade ocupa alguns imóveis que não são contíguos, na localidade conhecida como Faxinal do Ronda, no município de Paula Freitas-PR. São os imóveis com matrículas números 627, 628, 629, 15477, 18668, 18669 e 18670, mas a confirmação da localização das famílias exige levantamentos em campo com os métodos e técnicas cartográficas bem como precisão adequada e, para melhor compreensão da área, foi realizado levantamento de campo no mês de maio de 2021.

Segundo informações dos processos judiciais e relatos obtidos em campo, as áreas foram ocupadas em fevereiro de 2005 por famílias de diferentes origens:

faxinalenses que historicamente viveram na área, como o próprio nome da localidade indica; famílias Sem Terra que haviam sido despejadas de outra área na Lapa-PR; famílias advindas de outra Comunidade em Coronel Vivida e outras famílias Sem Terra da região.

Destaca-se que antes da ocupação, no ano de 2004, o INCRA já havia apresentado interesse nas áreas (conforme mov. 1.53 - autos nº 0007219-36.2005.8.16.0174) para a implantação de assentamento, a qual não ocorreu por dúvidas acerca da afetação pública estadual dos imóveis.

Todos os imóveis registrados, em sua maioria pelo menos, acompanham um texto descritivo dos limites, definindo pontos e distâncias que determinam o desenho da matrícula dos imóveis. Com o uso de geotecnologias, como o GPS, e da criação de sistemas de coordenadas surgiu a possibilidade de localizar as coordenadas (latitude e longitude) dos pontos, permitindo que eles sejam plotados em mapas com relativa facilidade. Uma dificuldade comumente encontrada é a ausência da informação de coordenadas nos memoriais descritivos, o que dificulta o trabalho de localização precisa dos imóveis a partir desses documentos. Isso acontece normalmente pela data de construção dos memoriais, ou pela capacidade técnica e de acesso à tecnologia adequada devido ao contexto específico, o que poderia ser contornado com relativa facilidade atualmente. Porém os documentos de memoriais descritivos não se atualizaram, o que, normalmente, gera muita dificuldade na precisão da localização de imóveis, que para tal, normalmente necessita de um trabalho de campo detalhado, para verificar as informações, confrontar os limites com propriedades vizinhas, quando essas estão regularizadas, verificando referências locais, como nomes regionais, marcos da paisagem como estradas e rios, que podem ter sido alterados, cercas que podem não existir mais, e outros. Tais dificuldades são encontradas no processo em questão, dificultando a localização precisa dos imóveis a partir dos memoriais descritivos das matrículas.

Além das matrículas o processo apresentou também relatórios agronômicos de fiscalização, realizado pelo INCRA no ano de 2004, a fim de verificar as matrículas e sua aptidão para o uso da reforma agrária. Esses relatórios apresentam informações espacializadas que auxiliam na geolocalização e desenho das matrículas.

A demanda do processo tratado neste texto surge a partir da impossibilidade de localizar de forma evidente o conflito. Por um lado, reflete a impossibilidade de se apropriar de técnicas de geolocalização e de interpretar informações espaciais, presentes nos autos do processo. Por outro lado, há uma ausência do saber e fazer cartográfico no contexto jurídico, associada ao distanciamento entre a especialidade técnica da precisão cartográfica e a análise social (CRAMPTON; KRYGIER, 2010), dificultando a relação interdisciplinar com outros campos. Sendo assim, no contexto jurídico em questão, as informações espaciais se acumulam desorganizadamente, favorecendo a falta de entendimento espacial, sendo necessário o conhecimento especialista para evidenciar a espacialidade do processo.

A tentativa de localizar os imóveis das matrículas e seus memoriais, se deu a partir de imagens de satélites do *Google Earth* e comparação com os dados do CAR e SIGEF. Das matrículas em geral o problema foi a ausência de coordenadas de localização e imprecisão das referências espaciais, o que se considera normal devido à época de realização e o difícil acesso às áreas. Dados do *Google Earth* servem como uma base de visualização, como mostra a Figura 1, uma vez que não obedece a nenhum padrão de exatidão cartográfica.

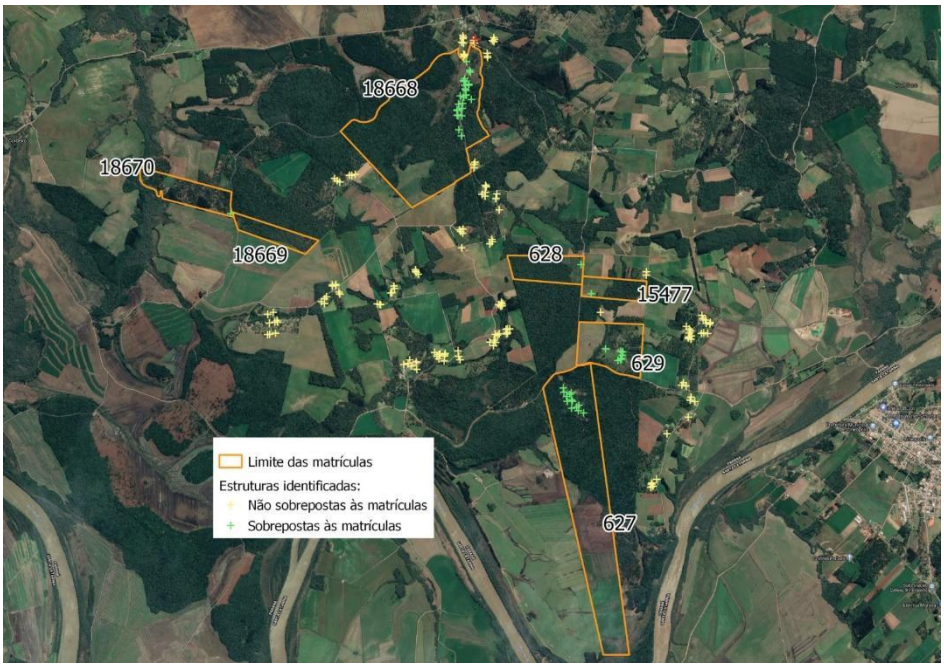

Figura 1 - Localização das propriedades e construções da região.

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do *Google Earth*, 2021.

O CAR foi criado pela Lei nº 12.651/2012 e regulamentado pela instrução normativa MMA nº 2, de 05/05/2014, ele funciona como um registro público eletrônico federal de áreas rurais. Destaca-se que o CAR não é uma fonte de dados confiáveis para questões fundiárias, tendo em vista seu caráter autodeclaratório, e nem pode ser utilizada com tal finalidade conforme §2º do artigo 29 da supracitada Lei.

A sobreposição com os dados do CAR permitiu visualizar indicações da localização das matrículas em questão, comparando o desenho dos limites dos cadastros. Mesmo não estando regularizadas as posses a plataforma permite que posseiros e grileiros de terras cadastrem imóveis buscando um respaldo jurídico sobre a posse de uma terra. Albuquerque e Gómez (2020) colocam o CAR como uma agroestratégia de concentração fundiária, associado a um sistema de inventário de estoque fictício de terras. Então, além de identificar possíveis intenções de apropriação de terras e identificar localizações, o cruzamento com os dados do CAR confirma a imprecisão sobre os limites das áreas, expressa na sobreposição de cadastros.

Por isso, o cruzamento com bancos de dados que são regulamentados pela precisão pode ajudar. O SIGEF é uma ferramenta eletrônica estabelecida pelo INCRA que permite a certificação do cadastro do imóvel rural. Após o levantamento do imóvel ser realizado em campo, através desta ferramenta eletrônica, dados como coordenadas, confrontantes, numeração do vértice, identificação de documento cartorial são preenchidos em uma planilha e enviados ao INCRA, esses dados são certificados e assinados via certificado digital pelo profissional habilitado, após esses procedimentos os mapas são gerados e disponibilizados. Sendo assim, as plantas e memoriais descritivos provenientes dessa certificação obedecem aos padrões de exatidão cartográfica, sendo confiáveis para análises espaciais, bem como do limite dos imóveis. De acordo com o que foi levantado, nenhuma das matrículas aparece no banco de dados do SIGEF, e a partir deste foi possível apenas confirmar algumas confrontações de limites de áreas vizinhas. A figura 2 mostra os imóveis cadastrados

no SIGEF e no CAR sobrepostos aos limites desenhados das propriedades referentes ao processo em questão.

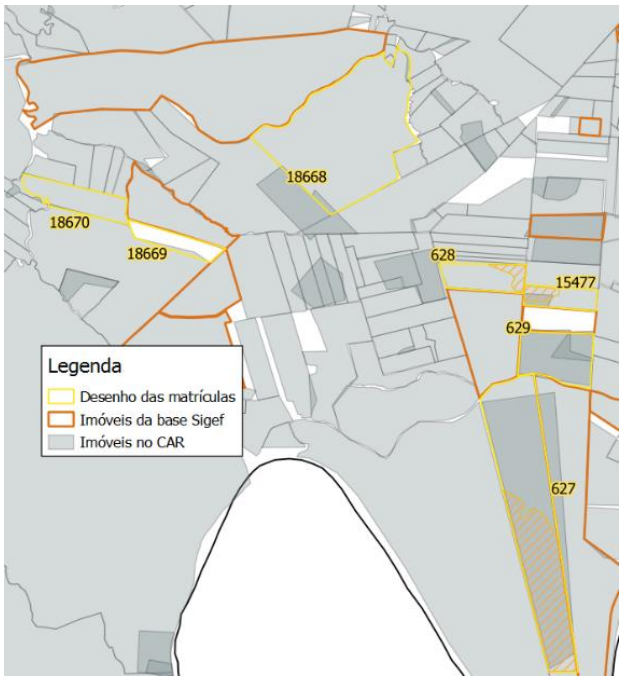

Figura 2 - Confrontação dos limites com os dados do SIGEF e sobreposição de com dados do CAR (quanto mais escuro o tom de cinza, mais sobreposições).
Fonte: SIGEF, 2021 e CAR, 2021.

Após a comparação com os bancos de dados citados e diversos documentos com informações de localização presentes nos processos, foi possível realizar a localização das matrículas em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com um Sistema de Coordenadas Geográficas.

No dia 01/05/2021 foi realizada uma visita guiada no campo para que fosse possível conhecer e analisar o uso e ocupação das áreas bem como coletar as coordenadas dos pontos das casas, escola e áreas de plantio com o uso do GPS do celular. Ressalta-se que os pontos plotados nestes croquis possuem coordenadas aproximadas com o uso de um GPS que não trabalha com nenhum padrão de precisão.

Os pontos levantados confirmaram a localização das matrículas e mostraram que das sete matrículas levantadas no processo duas estão sendo efetivamente ocupadas pelas moradias, o que pode trazer maior entendimento para o processo e

para entendimento da comunidade frente ao seu território. O estudo está em processo de finalização e ainda não foi entregue para o Ministério Público do Paraná, porém o levantamento de dados espaciais com o fim de atender a demanda inicial do processo permitiu outros desdobramentos que desvendaram o processo de resistência da comunidade diante do avanço do capital no campo, que no caso se dá por um posseiro e a reserva de terras pelo estado do Paraná. Permitiu também reforçar a importância da legitimação da comunidade na área.

Nesse contexto, considera-se o processo de resistência do Acampamento Reduto do Caraguatá associado às noções de Justiça Ambiental, trabalhadas por Henri Acselrad (2010), pois as lutas evocam uma alternativa que politizam a questão ambiental no que se refere à equidade do direito à terra e dos bens naturais contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento econômico que concentra poder e produz a segregação socioterritorial.

2.2 A RESISTÊNCIA GRAFADA NO ACAMPAMENTO REDUTO DO CARAGUATÁ

Os movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promovem a luta pela terra na construção de uma Reforma Agrária Popular, fazendo resistência à expansão do capital no campo, ao agronegócio, à monocultura e ao uso do pacote tecnológico e agrotóxicos. É por meio da ocupação de terras improdutivas que não cumprem sua função social que o movimento reivindica ao Estado o direito à terra e ao território, consolidando transformações sociais que geram conflitos no campo.

Há 15 anos a comunidade resiste e tem na sua prática um aspecto essencial que vem caracterizando a luta do MST nos últimos anos. Para além da distribuição de terras, se consideram direitos fundamentais sobre aspectos sociais e culturais e, principalmente, a forma como esses refletem a relação, o manejo da terra e a produção de alimentos saudáveis. É nesse sentido que a perspectiva agroecológica vem sendo absorvida e trabalhada dentro do movimento (FUCHS, 2020).

O acampamento Reduto de Caraguatá desde 2009 materializa uma proposta de manejo sustentável das áreas ocupadas, que sofrem pressão constante da

extração ilegal de madeira e exploração mineral dos arredores. No Projeto de Assentamento se propõe o manejo agroflorestal da erva-mate e do pinhão, em complemento com o manejo de áreas de hortas e criação de animais, desde uma perspectiva agroecológica. Destaca-se que os relatórios agronômicos do INCRA, realizados em 2004, não recomendam a destinação das áreas para a Reforma Agrária, justamente pela presença de florestas, acusando que seria necessária à sua supressão. Essa conclusão parte de uma visão de matriz produtiva agrícola vinculada à monocultura. Porém, o manejo agroflorestal permite não só a manutenção, mas também a recuperação de florestas. A disposição para esse tipo de manejo provavelmente está associada ao conhecimento de parte das famílias cuja cultura vêm dos povos faxinalenses, comunidade tradicional do Paraná.

Os impactos são evidentes na manutenção ambiental da região frente ao avanço do capital no campo em Paula Freitas. No estudo se analisou a mudança do uso do solo a partir dos dados disponibilizados pelo portal MapBiomas (disponível em https://mapbiomas.org/), que disponibiliza anualmente uma classificação espacial do uso do solo a partir de imagens de satélite. Comparando os anos de 1985, 2005 e 2019 percebe-se que as manchas de floresta que resistiram ao desmatamento estão em grande parte nas matrículas ocupadas, como mostra a figura 3.

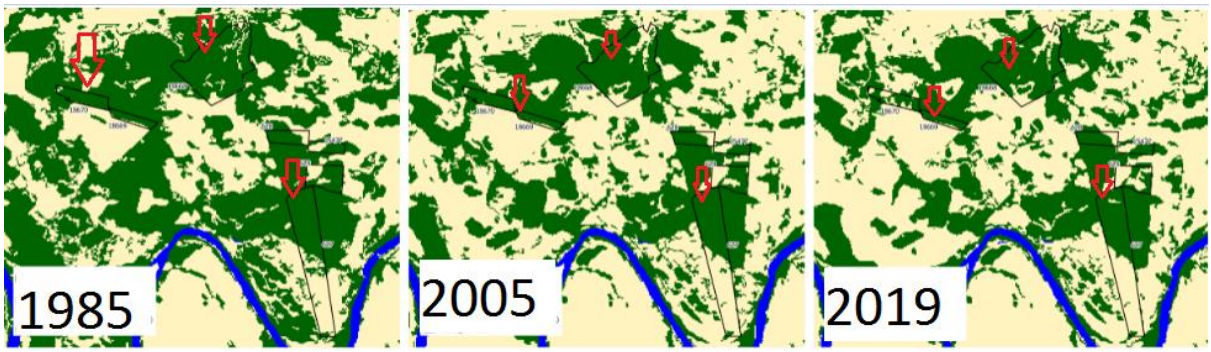

Figura 3 - Mudança de uso de solo e preservação das florestas no acampamento.
Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados MapBiomas, 2021.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do capital no campo no município de Paula Freitas-PR se consolidou com a prática da produção de mercadorias, com as monoculturas e com o uso intensivo de agrotóxicos, configuração proveniente de uma estrutura agrária concentrada que remete à colonização e o poder dos coronéis e dos grandes proprietários de terra que tiveram como impulso econômico básico a exploração da natureza e a conformação dos latifúndios.

A incerteza cartográfica que se pretendeu mostrar neste trabalho vai além da precisão matemática do posicionamento, mas abrange também o distanciamento do saber e fazer cartográfico e geográfico de outras áreas que olham para os aspectos sociais. A geolocalização através de coordenadas geográficas é uma operação possível dentro das possibilidades existentes dentro da análise espacial. Permite maior facilidade no acesso às técnicas assim como entender dinâmicas espaciais diante de análises sociais, reverberando em um amplo entendimento acerca dos conflitos por terra e território.

Dessa forma, é importante refletir não só sobre o levantamento físico em campo, que está relacionado ao posicionamento, mas também sobre as questões de uso e ocupação do solo, considerando que a área é utilizada para agricultura, extrativismo e construção de moradias.

Trata-se, portanto, de uma reaproximação da Geografia com a Cartografia e da construção de interfaces com outros campos disciplinares, como o Direito, que permitem desembaraçar tais incertezas cartográficas e promovem análises mais complexas das dinâmicas espaciais em casos como esses que, como mostrado, revela impactos e aspectos que podem fortalecer o sentido de uma justiça socioambiental frente ao avanço do capitalismo sobre o campo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, 2010.

ALBUQUERQUE, M. R. de; GÓMEZ, J. R. M. O Cadastro Ambiental Rural (CAR): Agroestratégias e mercantilização da natureza pela via do novo código florestal. **Revista Pegada**, vol. 21, n.2, Mai/Ago 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**, 2020.

_____. Prefeitura de Paula Freitas. **Plano Diretor do Município**. Paula Freitas, 2017.

_____. Prefeitura de Paula Freitas. **Município**. Disponível em: http://paulafreitas.pr.gov.br/site/municipio/. Acesso em: 22 maio 2021.

CRAMPTOM, J. W; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Henri Acselrad (org.) Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ. 2010.

CHANG, M. Y. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. **Boletim Técnico**, 22. Londrina: IAPAR, 1988. Disponível em: < https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Sistema_Faxinal_Manyu_Chang.pdf> Acesso em: 17 de maio de 2021.

FRAGA, N. C. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

_____. **Vale da Morte**: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

LÖWEN SAHR, C. L. **O sistema faxinal no município de Ponta Grossa:** diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa, 2003.

MELO, D. H.; VOLPI, E. M.; SILVA, H. M.; MENEZES, L. A.; MOURA, P. V. **Decifrando o Georreferenciamento**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, vol. 18, nº 3, p. 85-102, set/dez 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/14950/pdf. Acesso em: 13/06/2021.